

RECURSO DE LEI SECA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
REGIÃO

PROCESSO Nº: _____

RECORRENTE: _____

ADVOGADO: _____

OAB nº: _____

RECORRIDO: _____

COLEDA TURMA,

O RECORRENTE, já qualificado nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, vem, respeitosamente, interpor o presente RECURSO DE LEI SECA, com fulcro no artigo 896, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, contra a r. sentença/decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

I – BREVE SÍNTESE DOS FATOS

O Recorrente foi parte legítima no processo trabalhista, tendo sido a decisão de primeiro grau desfavorável, por entender o Juízo que não restaram comprovados os fatos alegados na inicial. Todavia, respeitosamente, a decisão merece reforma, pois se mostra contrária à legislação vigente e à jurisprudência consolidada.

II – DO DIREITO

O presente recurso tem natureza exclusivamente legal, não se prestando a reexame de fatos ou provas, conforme dispõe o artigo 896, I, da CLT. Assim, o Recorrente limita-se a apontar erro de direito na decisão recorrida, em especial no que tange à interpretação e aplicação da legislação trabalhista.

III – DAS RAZÕES DO RECURSO

1. Violação à legislação aplicável:

A decisão recorrida contrariou dispositivos expressos da CLT e da Constituição Federal, notadamente quanto à aplicação dos artigos _____ e _____, que regulamentam _____.

2. Jurisprudência consolidada:

O Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal têm entendimento pacífico no

sentido de que _____.

3. Ausência de reexame de fatos e provas:

O recurso de lei seca não comporta revolvimento do conjunto fático-probatório, limitando-se à análise estrita da legalidade da decisão atacada.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) O recebimento e conhecimento do presente Recurso de Lei Seca, nos termos do artigo 896, I, da CLT;
- b) A remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho para que a decisão de primeiro grau seja reformada, reconhecendo-se o direito do Recorrente conforme fundamentação apresentada;
- c) Caso Vossa Excelência entenda necessário, a intimação das partes para especificação e/ou complementação das razões recursais;
- d) A condenação do Recorrido nas custas processuais e honorários advocatícios, se cabíveis.

Termos em que,
Pede deferimento.

Local: _____

Advogado: _____

OAB nº: _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/recurso-lei-seca/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.